

# PARA ONDE VAIS, RACIONALIDADE ARGUMENTATIVA?

**Rui Alexandre Grácio<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Rui Alexandre Grácio é Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, Mestre em Filosofia Contemporânea e Licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Desenvolveu a sua obra teórica em torno da filosofia da linguagem, do tema da racionalidade, das teorias da argumentação e da retórica — tendo proposto uma abordagem teórica, filiada no perspetivismo, que designou como «a argumentação na interação» — e tem vários livros publicados no seu campo de investigação. É investigador do GPARA – Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas, do ELAD (Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso) e do CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Dedicar-se também, há mais de vinte anos, à edição, dirigindo atualmente a Grácio Editor.

## SUMÁRIO:

A ideia de uma racionalidade argumentativa surgiu como contraponto crítico quer a práticas sociopolíticas autoritárias hostis às comunidades deliberativas e ao espírito pluralista, quer como alternativa à inspiração matemática que moldou uma conceção de conhecimento que tem por ideal o certo, o exato e o controlo dos fenómenos, reduzindo a racionalidade essencialmente a um cálculo ou ao domínio das chamadas provas demonstrativas. A racionalidade argumentativa — que pode ser considerada como base da metodologia dos assuntos em que a razão tem de lidar com as coisas humanas — está ligada ao conceito de razoabilidade que, neste artigo, procuramos explicitar aprofundadamente. No entanto, volvidas várias dezenas de anos após o surgimento da ideia de uma racionalidade argumentativa, é interessante fazer um ponto da situação e perguntar: para onde vais, racionalidade argumentativa? Disso nos ocuparemos no final deste artigo, colocando especificamente a questão de saber em que medida a tecnologização crescente da sociedade e a penetração da tecnologia no humano não afetam negativamente esse reduto de liberdade e de humanidade que consiste, precisamente, na manutenção ativa das possibilidades dialógicas da argumentação no seio das práticas comunicativas, práticas estas que, todavia, parecem cada vez mais caminharem no sentido da unilateralização da comunicação.

**Palavras-chave:** Racionalidade argumentativa. Razoabilidade. Tecnologização da comunicação.

«No tumulto ensurdecido dos espaços públicos, o diálogo morre à nascença ou definha antes de amadurecer. Tornar o diálogo possível é um serviço público que nenhuma alta tecnologia e nenhum dos inumeráveis ramos das especialidades mais sofisticadas parece em condições de oferecer».

(Z. Bauman, *A vida fragmentada*, p. 246).

## 1. Introdução

A presente reflexão gira em torno da questão do lugar da racionalidade argumentativa na sociedade contemporânea.

Constatamos, por um lado, que por exemplo em grande parte das orientações educativas há uma preocupação com a capacidade de argumentar, de lidar com o problemático e de fomentar o espírito crítico e de cidadania. Esta preocupação, que é transversal em termos de formação, não diz respeito apenas à vertente das construções teóricas e do raciocínio lógico-matemático, mas remete também para uma forma de pensar virada para a prática, ou seja, onde é central a capacidade de *optar e decidir* no domínio dos princípios ou, dito de outro modo, onde essas opções e decisões significam *comprometimento pessoal* para com certas posições e valores.

Remetendo para uma atividade de ponderação e de justificação balanceada (que tem em conta múltiplos aspetos que nem sempre são compatíveis entre si), pode dizer-se que quando falamos de espírito crítico estamos no domínio daquilo que designo como *argumentação reflexiva*, exaltando esta o discernimento e a capacidade de *decidir* de um modo prudente e razoável, mais do que a vertente estritamente lógica do raciocínio. Prudente, pois trata-se de lidar com uma problematicidade que não é solucionável em termos de erradicação: mesmo que optemos por uma solução através de uma determinada resposta ou caminho, a problematicidade nem por isso desaparece, ou seja, o questionamento nem por isso deixa de poder surgir.

**quando falamos de espírito crítico estamos no domínio daquilo que designo como argumentação reflexiva, exaltando esta o discernimento e a capacidade de decidir de um modo prudente e razoável, mais do que a vertente estritamente lógica do raciocínio.**

Podemos dizer que solucionamos um problema na medida em que *arriscamos* seguir um caminho que, para efeitos práticos, faz desaparecer pontualmente o carácter dilemático do problema. Mas, como referimos anteriormente, isso não significa que a problemática desapareça ou que não nos volte a confrontar. Dito de outro modo, para esta forma de pensar prudencial, reflexiva e argumentativa, a ferramenta mais importante é talvez um mapa de perguntas que recorrentemente se colocam e que assinalam aprendizagens ensaiadas no próprio caminhar, mais do que um mapa que nos dá informações e indicações claras e precisas.

No entanto, se constatamos que existe, em termos de educação e de formação dos cidadãos, esta preocupação com a *argumentação reflexiva* ou com a *racionalidade argumentativa*, ambas viradas para a razoabilidade e para a prudencialidade (procurar optar pelo parece mais apropriado num determinado contexto prático), verificamos, por outro lado, que a palavra de ordem «cientificidade» não remete para este modo de pensar, mas evoca sempre um ideal matemático e rigoroso de racionalidade, uma imagem calculadora do pensamento e uma imagem solucionadora do conhecimento.

A isto acresce que, a sempre majorante penetração das mediações tecnológicas no nosso quotidiano, bem como os ditames do mercado na sua valorização dos produtos-solução, parecem exigir essencialmente que saibamos funcionar e dominar a *lógica dos instrumentos e dos sistemas lógicos*, o que secundariza, necessariamente, a dimensão reflexiva e prudencial da racionalidade argumentativa, mais vocacionada para proceder a opções e decisões ao nível do campo da *seleção de pressupostos* do que para raciocinar a partir de pressupostos dados e aceites.

Ambas as formas de pensar são imprescindíveis, mas convenhamos que existe uma diferença entre o registo de pensamento no qual ocorre a discussão e criação de regras, e o registo em que se trata de funcionar dentro de regras dadas. Discutir regras ou inventar um jogo é diferente de obedecer a regras e ocupar o lugar de um dos seus jogadores. E não há como negar que o primeiro registo convoca

**Ambas as formas de pensar são imprescindíveis, mas convenhamos que existe uma diferença entre o registo de pensamento no qual ocorre a discussão e criação de regras, e o registo em que se trata de funcionar dentro de regras dadas.**

a liberdade no seu nível mais integral, ou seja, no plano da articulação da vontade com princípios e valores éticos.

Neste contexto de um reconhecimento da importância da *argumentação reflexiva* e da *racionalidade argumentativa* mas, simultaneamente, sob a preponderância da referência de uma imagem de *racionalidade* como *demonstrativa e científica*, afigurou-se pertinente perguntar: «Para onde vais, racionalidade argumentativa?», título que dei à presente exposição.

Para se chegar a um esboço de resposta a esta questão, torna-se necessário fazer uma digressão sintética pelas noções centrais que nela estão implicadas, a saber: «razão», «ciência» e «razoabilidade».

## 2. Filosofia, razão e ciência

Nascida da progressiva adaptação dos medos, angústias e aspirações humanas que inicialmente tiveram como resposta o pensamento mágico — assim, a necessidade de explicar o mundo através de mitos de origem, a tentativa de aplacar as angústias perante a morte, a procura de assegurar a sobrevivência por uma atuação sobre as forças da natureza, o recurso a poderes divinos como forma de obter proteção, enfim, a tentativa de reconciliação com um mundo que se quer ordenado e o menos imprevisível possível —, a tradição filosófica ocidental racionalista colocou a noção de razão no centro do pensamento.

Se, na sua matriz grega, e particularmente em Aristóteles, a noção de razão (*logos*) congrega tanto os raciocínios analíticos, estritamente lógicos e pautados pela inferencialidade necessária quanto os raciocínios dialéticos, caracterizados pelo uso retórico-argumentativo da linguagem (de facto o *logos*, enquanto capacidade de reunir, articular e ordenar é, antes de mais, um *modo de procura* cujo sustento das respostas e engendramentos oscila entre o possível e o necessário), o facto é que, a partir da Modernidade, e nomeadamente a partir do advento da ciência moderna (séculos XVI-XVII), o que é exaltado em termos de razão é a sua capacidade calculadora e, por conseguinte, a sua afinidade com um modo matemático de raciocinar, sempre conotado com as ideias de quantificação, de rigor e de necessidade lógica enquanto modalidades de objetivação e de obtenção da certeza.

Lembremos que a ciência moderna está ligada à emblemática analogia de Galileu segundo a qual o mundo é como um livro escrito em caracteres matemáticos e, também, às ideias orientadoras que encontramos em Bacon ou em Descartes, as quais estabelecem, sem hesitação, que o objetivo da ciência é de fornecer ao homem poder e controlo sobre a realidade: saber para poder.

O ideal da ciência moderna é o da dominação humana da natureza e, com ela, o da sua manipulação e exploração: eis a máxima pragmática que atravessa o surgimento do modo de encarar a ciência de que a nossa contemporaneidade — a nossa modernidade tardia, a nossa hipermodernidade — é herdeira.

Assinale-se que, nesta metamorfose inacabada da modernidade para a modernidade tardia, o binómio *conhecimento-verdade* vai-se deslocando para o binómio *conhecimento-eficácia*, o que representa uma viragem pragmática e funcionalista da concepção de verdade, cada vez mais talhada sobre a égide da autoridade das metodologias de objetivação quantitativa e calculadora e do primado do conhecimento proposicional (solidário de uma concepção instrumental e apofântica da linguagem).

Esta viragem caucionou, por outro lado, a hegemonia da racionalidade tecno-instrumental da ciência de um ponto de vista do imaginário social, das práticas sociais e da mentalidade dominante.

A vocação dominadora do pensamento racional, agora adjetivado de «científico», dá seguimento, de facto, às grandes aspirações que já se encontravam no pensamento mágico. Aliás, sendo o modo de progresso da ciência moderna o adensamento analítico e, com ele, o *retalho* (circunscrever para explicar), a *fragmentação da realidade estudada* (dividir para solucionar) e a *especialização* (dividir para aprofundar), de novo caminhamos para o regresso da magia: tornamo-nos utilizadores de conhecimentos e de mediações tecnológicas sofisticadas que estamos longe de compreender nas suas opções e condições de possibilidade (até porque ficamos esmagados pela quantidade e pela velocidade do surgimento dessas mediações tecnológicas), mas que são celebradas pelos vendedores e pelos utentes como «mágicas».

**A vocação dominadora do pensamento racional, agora adjetivado de «científico», dá seguimento, de facto, às grandes aspirações que já se encontravam no pensamento mágico.**

Para além do argumento do «útil», ao entrarem no mundo mágico e simbólico (e não meramente instrumental), as novas ferramentas ganham conotações sociopsicológicas e penetram na estruturação das identidades e na geração de sentimentos de segurança.

Elas apoderam-se do humano, de um humano tecnologicamente deificado, como referia Freud no início do século XX, quando afirmou que o homem se tinha tornado um «deus com próteses», interrogando-se, simultaneamente, sobre os dissabores futuros que esta magnificência poderia trazer.

**O ideal da ciência é um ideal demonstrativo que gravita em torno das ideias de rigor, de certeza e de cálculo.**

O ideal da ciência é um ideal demonstrativo que gravita em torno das ideias de rigor, de certeza e de cálculo. Mais, e na medida em que a certeza tem de ser assegurada, esse ideal levou a que a

ciência cedo se tornasse um *dispositivo de construção e validação do certo e do eficaz*.

A ciência enquadra a realidade de modo a que a certeza se torne explicativamente apropriável, previsível e aplicável com eficácia — pelo menos é essa a ilusão e a potência da sua força motriz.

A História recente, primeiro com as grandes guerras do século XX e, depois, com a desenfreamento do capitalismo, mas também com o emergir de uma consciência ecológica que equaciona globalmente as condições da vida humana, suscitou, contudo, uma reflexão sobre a falta de prudencialidade dos usos do conhecimento científico, assinalando os perigos da ausência de uma ciência com consciência social.

No entanto, nem por isso as Humanidades deixaram de continuar o declínio face aos ideais de certeza e de poder da racionalidade calculadora.

Se é um facto que surgiram paradigmas alternativos de racionalidade — nomeadamente a racionalidade retórico-argumentativa, indissociável do social e da inclusão da subjetividade — a verdade é que as motivações pragmáticas e utilitárias da ciência continuaram, e continuam, a imperar e a racionalidade calculadora plasma-se hoje na chamada «migração para o digital», ou seja, na codificação numérica da realidade através da criação de linguagens

programadas para o cálculo e, por isso, totalmente instrumentais e passíveis de manipulação.

No racionalismo clássico, a ideia do racional pauta-se essencialmente pela nota da necessidade conclusiva que conduz à certeza do raciocínio; pela exclusão da contingência e de possibilidades alternativas; pela capacidade de comprovar lógica e matematicamente os resultados.

Mas, como referimos anteriormente, a ciência e a demonstrabilidade operam por delimitação do seu objeto de estudo, por formalização e isolamento de uma parte relativamente ao todo. É essa a condição para que se possam gerar evidências com valor de prova.

Por essa mesma razão, a evolução do conhecimento científico origina não só a fragmentação e a desmultiplicação disciplinar como instaura também, socialmente, a autoridade dos especialistas.

No entanto, se a divisão é um método para atacar e resolver problemas de modo a produzir certezas, a fragmentação vai gerando também um novo caos. A articulação do todo e das partes é necessária para a produção de sentido, essa atividade hermenêutica refratária à ciência, mas existencialmente incontornável. Ora a fragmentação desenfreada é solidária da crise do sentido, na medida em que o modo de lidar com a complexidade crescente deixa de ser tarefa humana e tem de ser articulada por sistemas formais crescentemente suportados por plataformas informáticas que funcionam anonimamente. Ela origina um dos muitos movimentos de expropriação da humanidade do homem a que assistimos com a vitória dos meios sobre os utilizadores e com a oclusão — em grande parte derivada do deslumbramento com os meios — de uma incapacidade de pensar reflexivamente, e não apenas funcionalmente, sobre os fins.

*Ela origina um dos muitos movimentos de expropriação da humanidade do homem a que assistimos com a vitória dos meios sobre os utilizadores*

Procuramos resolver ponto a ponto, num processo vitorioso que nos faz perder a largueza dos horizontes nos quais se colocam e têm de ser articuladas as questões do sentido, em detrimento do «agorismo» das soluções instantâneas e pontuais ou de modismos efémeros.

Hoje vivemos numa sociedade que não prescinde do racional, da ciência e das estatísticas, mas que continua com dificuldades em

lidar com uma coexistência humana que agora enfrenta o desafio da globalização.

O fenómeno não é totalmente novo. Também com o fim das Cidades-Estado, e com a vinda do império, se gerou um sentimento de impotência cidadã que está bem expressa em várias correntes filosóficas que então surgiram.

Mas hoje, num mundo globalizado e complexo, a escala atingiu o seu ponto mais elevado e surgiram problemas inescapavelmente globais, como é o caso, por exemplo, do problema das alterações climáticas. Por outro lado, a gestão das diferenças e da diversidade tornou-se também mais premente e suscita, mais do que uma racionalidade virada para o domínio e a apropriação, controlo e manipulação da realidade, uma racionalidade capaz de incluir e lidar com valores, de um pensar comunitário e inclusivo e de uma

***Ou seja, mais do que racional, continua hoje a necessidade de uma razão razoável, competente no domínio dos valores e do preferível***

sabedoria prudencial. Ou seja, mais do que racional, continua hoje a necessidade de uma razão razoável, competente no domínio dos valores e do preferível, que possa assegurar o regresso da democracia, das comunidades deliberativas e

que possa inverter a transformação alienante dos cidadãos em consumidores.

No entanto, a prática de uma racionalidade argumentativa não é apenas, nem mesmo acima de tudo, uma questão de educação e de ensino: é uma questão de materialidade social e é esta que hoje devemos questionar se quisermos persistir num ideal de vida humana comunitariamente articulada pelo denominador comum do *diálogo* e na qual o ouvir e o falar a partir da escuta se constitui como a principal via de acesso da própria possibilidade de uma coexistência eticamente dimensionada porque pautada pelo respeito mútuo.

### 3. A razoabilidade

O termo «razoabilidade» deriva da noção de «razão» e é um conceito filosófico. Dificilmente o conseguiremos perceber apropriadamente se não o remetermos para uma conceção filosófica do uso da racionalidade, sendo que a palavra «uso» o cunha com uma

dimensão pragmática ligada à convivencialidade humana, a qual se pauta por ter sempre a presença do outro no seu horizonte. Podemos também dizer que ele remete para uma articulação entre teoria e prática, entre formalismo e pragmatismo, e traz a primeiro plano o *problema da aplicação*.

A razoabilidade está sempre ligada à aplicação de elementos mais genericamente considerados — como valores, princípios, lugares comuns, normas e regras — a situações concretas, ou seja, a casos particulares. Neste sentido, a razoabilidade tem uma ligação umbilical com a ideia retórica de «descobrir o que é apropriado para cada caso». Esta relação com o caso concreto e particular significa que o uso razoável da razão não tem a tradicional visada científica de estabelecer leis universais ou produzir abstrações conceptuais, nem visa formalizar para, dessa forma, controlar por um processo de uniformização e de padronização dos casos particulares. Ao invés, ela visa atender à especificidade das situações práticas, abertura que só é possível se se abandonarem as características da universalidade e da necessidade e se houver uma abertura à dimensão da contingência e de imprevisibilidade que atravessa o social. Isto significa também uma deslocação da afinidade da ideia de razão com a ideia de certeza e a aceitação da dimensão precária, ensaística e volúvel dos nossos modos de raciocinar quando temos de decidir. Nesse sentido, a noção de razoabilidade está em linha não tanto com a noção de conhecimento como com a de sabedoria, sendo que nesta se evidencia a capacidade de ponderar multidimensionalmente e de organizar o pensamento com base no aproximado e no impreciso, não dando maior valor às respostas e soluções do que à formulação dos problemas e à colocação das interrogações. É neste sentido que a racionalidade argumentativa é também reflexiva: através dela ponderam-se e arriscam-se caminhos.

A razoabilidade é um conceito com um sentido antropológico preciso. Ele é solidário de uma visão do homem como ser finito e falível, sendo estas duas notas condição da paridade humana, de uma paridade que acopula a dimensão *ética* do tratamento do outro e que exprime a ideia de que nenhuma relação deve ter como seu *valor de entrada* uma posição de superioridade.

**A razoabilidade é um conceito com um sentido antropológico preciso.**

A paridade e a reciprocidade fomentam o espírito de solidariedade e promovem uma relação pautada por valores democráticos. Digamos que é um ponto de partida inclusivo. É aliás por isso que o estudo da argumentação é importante na perspetiva da formação integral da pessoa e do cidadão.

***Podemos dizer que esta visão larga da argumentação representa uma «via longa» do seu estudo, a qual se distingue das «vias curtas»***

Podemos dizer que esta visão larga da argumentação representa uma «via longa» do seu estudo, a qual se distingue das «vias curtas», mais centradas nas especificidades dos «meios discursivos» ou em delimitações mais restringidas, nas

quais o foco é geralmente o uso argumentativo da linguagem com vista a determinadas finalidades (e, tipicamente, a finalidade persuasiva).

Tomemos a este propósito, por exemplo, o caso da análise do discurso textual. Não é duvidoso que ela constitui uma competência de leitura de importância inestimável, até porque a desconstrução ou o desvelamento crítico que nela ocorre é fundamental para questionar. Mas, se não produzir um contradiscurso, é um pouco como fazer diagnósticos sem reagir perante a eventual doença. Que em contexto académico esse exercício possa ser um fim em si mesmo, na medida em que revela uma acuidade mais fina e convoca aptidões culturais que não estão ao alcance de todos, isso é compreensível. Mas, em contexto de vida e de gestão dos conflitos reais, ela é insuficiente, na medida em que a atividade analítica é unilateral, enquanto os contextos reais são bilaterais e aquilo que possa resultar da análise está exposto à refutação. Neste sentido, a análise do discurso não é o mesmo que a crítica do discurso de um pelo discurso do outro numa situação de interação argumentativa, nem as exigências daquela são as mesmas que as exigências desta.

Voltando ao tema da razoabilidade, parece-me que o mais urgente, nos dias de hoje, é interrogar sobre o espaço da racionalidade argumentativa, pilar da democracia, num mundo cada vez mais mediado tecnologicamente, acelerado, no qual a noção de representatividade se tornou confusa e ambígua e no qual, como já anteriormente referimos, a condição política de cidadão foi sendo substituída pela do utilizador-consumidor.

A finitude e a falibilidade — marcas da nossa condição antropológica — são pautadas pela condição que faz habitar o homem no terreno intermédio entre ignorância e saber, estranheza e familiaridade, impondo-lhe, ao mesmo tempo, o *risco* de decidir.

Esta condição é também uma abertura ao questionamento com a dimensão de humildade e de paciência que este pressupõe. Dito de outro modo, a razoabilidade é uma via de lidarmos com uma razão insuficiente que, todavia, tem de se confrontar com o problema da escolha e com a dimensão ordenadora a que queremos ligar às nossas tomadas de posição.

A razoabilidade caracteriza-se por uma resistência à arbitrariedade que, contudo, não tem meios, para combater pela via da necessidade. Neste sentido, ela visa recorrer aos critérios mais ajustados a cada situação, movendo-se entre o mais e o menos, o melhor e o pior, o mais ajustado e o menos ajustado.

A razoabilidade não está orientada para o consenso mas para a coexistência no *dissensus*, ou seja, considera as divergências e as situações de conflito e oposição como inevitáveis e recorrentes. A este respeito é importante distinguir entre, por um lado, divergências quanto à aplicação de critérios relativamente aos quais há acordo e, por outro — sendo este o campo das dissensões e dos confrontos mais profundos e de caráter mais político — divergências quanto aos próprios critérios e regras (e é nesse sentido que o seu espaço é o da problematicidade).

***A razoabilidade não está orientada para o consenso mas para a coexistência no dissensus, ou seja, considera as divergências e as situações de conflito e oposição como inevitáveis e recorrentes.***

Acrescente-se, ainda, que quando afirmamos que a razoabilidade não está orientada para o consenso, tal não significa que não reconheçamos a importância e a imprescindibilidade dos acordos e dos consensos em termos práticos mas, antes, que queremos distinguir os consensos operados por conformismos demissionários ou por ignorância e consensos resultantes de um processo inclusivo e participado de discussão e do reconhecimento da diversidade de posições, as quais, podendo não prevalecer, nem por isso podem deixar de ser tidas em consideração e respeitadas. Afinal, razões vencidas não deixam de ser razões. A tensão, ou a dinâmica tensional da pluralidade de vozes tem, pois, este lado

positivo de manter ativa a atenção a uniformizações desrespeitosas e injustas. Por outro lado, é importante não pensar o consenso como corolário de uma solução teoricamente necessária mas, antes, como uma plataforma prática de coexistência e de entendimento possível num dado contexto.

Com efeito, a razoabilidade remete para duas categorias que nela se articulam de um ponto de vista pragmático (o que fazer perante uma situação?): a categoria do *possível* e a categoria do *preferível*.

Trata-se de, perante uma situação problemática, perceber, por um lado, quais as possibilidades dos caminhos que arriscamos seguir e, por outro, de selecionar, dentro do que é tido como possível e tendo em conta as diferentes forças tensionais, o caminho do preferível.

Do ponto de vista da razoabilidade, o preferível não é assim apenas uma questão de gosto ou de escolha incondicionada. Com efeito, e em primeiro lugar, ele leva a considerar a efetividade das possibilidades numa dada situação, reclamando as dimensões analítica e imaginativa do *logos*. Em segundo lugar, ela implica tomar em conta as questões relativas aos estatutos e papéis que ocupamos numa dada situação (ou seja, a qualidade a partir da qual fazemos as nossas considerações e intervenções), colocando-se aqui a questão do *ethos*, entendido este como imagem de si, para si e para os outros. Por fim, as próprias teias da sociabilidade e respetivas redes empáticas são também decisivas para a determinação das

escolhas em termos do preferível, sendo de destacar, neste caso, a noção de *pathos* e a gestão dos distanciamentos e das proximidades que ele sempre envolve.

**Mais do que focada na intransigência de convicções, a razoabilidade aposta no contrabalanceamento.**

Mais do que focada na intransigência de convicções, a razoabilidade

aposta no contrabalanceamento. E isso acontece por duas razões fundamentais:

- 1) porque se entende que a liberdade é sempre condicionada para além do poder que individualmente nos possa conferir (e não se diz, afinal, que liberdade de um acaba onde começa a liberdade do outro?) e
- 2) porque, de um ponto de vista prático e da coexistência, aquilo que está em causa é criar margens possíveis de

negociação que permitam que nos entendamos, e possamos viver juntos, mesmo não estando de acordo.

Neste sentido a razoabilidade remete para uma atitude prudencial: ela não é uma medida ou um padrão de mensuração unidimensional, é antes um espaço potencialmente inclusivo e suficientemente flexível para que nele vários pesos e medidas possam ser ponderados de modo a poderem emergir equilíbrios possíveis, desejáveis e pragmaticamente relevantes.

#### 4. Para onde vais, razoabilidade?

Vale a pena fazer, a propósito da referência ao *pathos* no parágrafo anterior, a seguinte observação.

Nos nossos dias assistimos a uma aparente e paradoxal desmultiplicação do campo do possível, a um alargamento que faz proliferar infindas possibilidades, alterando isso as próprias práticas das escolhas refletidas em termos de preferível. Com o esboroar dos cânones, com o individualismo crescente, com o «agorismo» associado a técnicas de sedução dirigidas ao instantâneo, com a estimulação do hedonismo, com a proliferação do pragmatismo oportunista e com o regime de aceleração da vida, o recurso a princípios — cada vez mais difusos e liquefeitos — e o discernir com a consistência da reflexividade tornam-se cada vez mais difíceis.

Num mundo em constante e acelerada transformação, onde vingam imperativamente, como regra de sobrevivência, os argumentos do conformismo e da adaptação à mudança, o lastro da razoabilidade tende a esfumar-se e os sintomas de desintegração vão emergindo.

A cedência, a tolerância, a transgressão e a flexibilidade alargaram de tal modo o seu espectro que acabaram por esvaziar de conteúdo os princípios diretores da vida. Caímos assim num perspetivismo serôdio, uma espécie de muleta da multi-realidade e das multi-ópticas em que deambula o cordato cidadão na sua condenação ao inevitável immobilismo, incapaz de atos de coragem e de apropriação, ou seja, no qual a capacidade de decisão fica

***o lastro da razoabilidade tende a esfumar-se e os sintomas de desintegração vão emergindo.***

esvaziada pelo esmagamento que a quantidade de possíveis suscita: quando tudo parece possível, todas as decisões parecem equivalentes, o que conduz a uma espécie de tanto faz.

É claro que, na apresentação de si, quase todos falam na importância de princípios e reclamam que são pessoas com princípios. Mas esta imagem tornou-se ficcional se a contrastarmos com as práticas sociais reais que, justamente, promovem cada vez mais a des-eticalização do humano em favor de uma visão que reduz tudo à dimensão tecno-instrumental, pensando tudo como meio e descartando para longe a questão dos fins.

O adestramento tecnológico, por seu turno, em nome da eficácia dos meios, promove um crescente e severo recuo da liberdade (desde logo cerceada ao nível da iniciativa, não só porque a submissão, nos seus próprios termos, aos cabrestos informáticos é condição para aceder e não ficar excluído, como também porque ao nível das práticas cidadãs tudo remete para regulamentos que quadriculam e tolhem os movimentos aparentemente mais espontâneos e naturais de iniciativas com alcance comunitário).

Com efeito, há opções que nos estruturam ao aceitarmos os termos da escolha e é por isso que chamo cabrestos informáticos a muitas das plataformas digitais que nos nossos tempos crescentemente medeiam formas de relação.

Simulacros do diálogo — na medida em que a sua interatividade nos oferece a iniciativa de escolher — elas jogam sempre de uma forma unilateral na medida em que o utilizador não pode discutir os termos da comunicação, mas apenas submeter-se às regras do jogo. É claro que, na prática, ele não é obrigado a fazê-lo, mas se for do seu interesse e importante para a sua vida, não terá outro remédio.

***a comunicação unilateraliza-se, torna-se impositiva e blinda a possibilidade do diálogo e de uma conversação real***

Dito de outra forma, a comunicação unilateraliza-se, torna-se impositiva e blinda a possibilidade do diálogo e de uma conversação real, em detrimento de uma colheita impessoal de informação a ser processada pelo sistema subjacente à

plataforma. Por outro lado, as instituições permitem cada vez menos a expressividade das pessoas na sua singularidade.

Formatação, uniformização e ortopedia são as práticas habituais. Querem-se funcionários funcionais, obedientes, eficazes e descartáveis.

Apoiado no argumento do «sistema», instala-se o «de cima para baixo» avesso à ideia das comunidades deliberativas, à participação em projetos comunitários e a formas coletivas de gestão. Individualiza-se, trata-se caso a caso de forma a que ninguém possa contar com a força da solidariedade. E tudo se despersonaliza através da anonimização estatística, de objetivos quantificáveis e do sucesso do deus negócio e dos seus dois braços capitalistas: a rentabilidade e o lucro.

Cultiva-se a acefalia através de hiperespecializações que, ao mesmo tempo que criam a excelência do «altamente especializado», fazem grassar a impotência cidadã. No mesmo movimento, perpetua-se a temência da exclusão com um efêmero que tudo faz passar e que não deixa senão o remédio de se estar sempre a recomeçar com formações e atualizações.

***Cultiva-se a acefalia através de hiperespecializações que, ao mesmo tempo que criam a excelência do «altamente especializado», fazem grassar a impotência cidadã.***

Neste mundo precário, o tempo dos laços dá lugar ao seu simulacro tecnológico, as conexões, aos «amigos» virtuais, acrescentando solidão à exclusão.

Andamos sempre atrasados numa ansiedade que apenas se extingue pela recusa em fazer e acreditar em projetos de vida. Na vida para o dia a dia, os horizontes humanos estreitam-se e contraem-se, originando um estado demissionário de ausência de vínculos, de valores e de crenças, através do qual se hipoteca o futuro.

Descrentes do mundo, viventes sem promessa, vivemos caoticamente numa superficialidade que nos escuda dos efeitos da liquefação do sentido e da fluidez de um mundo em que não há garantias, mas apenas sobressaltos e crise em permanência.

A racionalidade argumentativa surgiu como uma alternativa à racionalidade demonstrativa mas foi esta última que prevaleceu enquanto ligado aos ideais de certeza e da segurança por este prometida.

É nesse sentido que aquilo a que inicialmente se chamou «pós-modernidade» se acabou por revelar, de facto, como uma modernidade

tardia ou uma hipermodernidade: uma modernidade exponenciada na sua ambição de controlo através do conhecimento, pautada por um excesso da vontade de poder e de domínio, e na qual a noção de natureza perde a sua aliança com a dádiva gratuita para se tornar uma realidade construída, apropriada e controlada pelo homem.

A racionalidade demonstrativa, na sua ambição pela certeza que permite controlar, impera e reforça-se com a passagem para o mundo digital, no qual a quantofrenia e a formalização lógica atingem o seu esplendor. Mas o que é, mais especificamente, a racionalidade demonstrativa, a demonstração?

A demonstração é uma prática argumentativa fortemente normativizada e regrada, norteada pela ideia de evidência (impos-

***A demonstração é uma prática argumentativa fortemente normativizada e regrada, norteada pela ideia de evidência***

sibilidade de qualquer dúvida, certeza para lá de qualquer questionamento), tendo como visada prática o tomar algo por adquirido e inquestionado (vulgo: factual e certo); portanto, pelo desejo de estabelecer como base inquestionada ou

ponto de partida seguro o que servirá de fundamento pessoal a decisões institucionais que assim podem legitimamente ser asseguradas pela força dos aparelhos repressivos que a elas se encontram associados.

Neste sentido a racionalidade demonstrativa está essencialmente ligada à prática política dos discursos legítimos: são as supostas demonstrações que vestem os seus veredictos com o fundamento de uma aparente racionalidade impessoal e neutra (ou seja, que, nos seus termos, conduzirá qualquer pessoa à mesma conclusão) e que assim legitima tais discursos e todo o aparato do poder que os permite impor e repercutir como realidade social.

De um ponto de vista estratégico, a racionalidade demonstrativa está necessariamente associada a um estreitamente focal que opera com base num poder discricionário da relevância e, portanto, pela capacidade de impor delimitações que condicionam e restringem a liberdade das práticas argumentativas.

Pense-se, por exemplo, nos tribunais e na imposição dos termos (processuais e comportamentais) em que os «casos» são julgados ou, então, nos estabelecimentos de ensino e na série de imposições que legitimam os veredictos (avaliações) dos professores.

Os estreitamentos focais, a que me referi anteriormente, são formas de naturalizar e de tornar inquestionados, em termos práticos, certos pressupostos, modelando ações e submetendo-as ao poder funcional que a autorreferencialidade do sistema lhe confere.

Se pensarmos nos sistemas operativos digitais, podemos dizer que eles impõem não apenas a sua linguagem (imposição que contudo passa muito despercebida pelas possibilidades desejadas que o seu uso proporciona, ou seja, pelo deslumbramento tecnológico), como reduzem a informação catalogável aos conteúdos da comunicação. Ganha aqui um alcance vívido a conhecida frase «a mensagem são os meios».

Mas os estreitamentos focais mediados por aplicações digitais são ainda responsáveis pela imposição do avulso e do fragmentado, seguindo uma lógica que privilegia os efeitos (o que se pode fazer com) em detrimento de uma visão holística em que o sentido do útil para a vida pode ser questionado quanto à sua aparente bondade e eventuais benefícios.

É claro que a penetração da tecnologia está sempre em vantagem porque a maior parte dos humanos vê a tecnologia em termos humanos, personificando-a (como se a tecnologia tivesse vida e se pudesse falar com os aparelhos) enquanto os efeitos do uso da tecnologia, tendo consequências nos humanos, de humano apenas tem os simulacros oriundos das representações imaginárias dos utentes, que pensam que «alguém» está «por detrás».

Pelo contrário, a racionalidade argumentativa, sendo propositiva e não impositiva, é mais propícia ao debate, ao questionamento, à complexificação dos assuntos. Em vez de estreitamentos focais, ela opera por uma pluralização dos olhares; em vez de reduzir a uma conclusão que pretende impor, nela confrontam-se várias conclusões possíveis; em vez da impessoalidade institucional, surgem aqui rostos de pessoas e grupos, espelhando a especificidade e a diversidade das forças sociais na sua tensionalidade, mas, também, na sua necessidade de coexistirem.

***a racionalidade argumentativa, sendo propositiva e não impositiva, é mais propícia ao debate, ao questionamento, à complexificação dos assuntos***

## 5. Conclusão

O choque vem de longe. A unidimensionalização, a redução ao Um (à certeza, à conclusão inequívoca, à monovalência) impõe-se pela necessidade de optar e pela segurança com que gostamos de o fazer. Mas, por outro lado, os estreitamentos focais conducentes a uma alternativa final da qual sairá, em termos práticos, a concretização da opção é solidária de uma redução da complexidade que, sendo necessária, não deve ser vista como exclusiva de outras possibilidades sob a pena de provocar degradação nos modos multidimensionais e mais livres que convocam o humano na sua integralidade e que acionam a dinâmica do questionamento que a reflexividade comporta.

Pensar é algo que está muito para além dos raciocínios simples e escorritos. É algo que nos obriga a lidar sempre com o questionamento, com o alternativo, com o inesperado e com a proliferação de possibilidades.

Pensa-se numa permanente interface com o impensado e isso é não só libertador como potencia e convoca maiores índices de autonomia. A autonomia dos lutadores, se quiserem, que não é o mesmo que a autonomia dos vencedores.

***A argumentação retórica tem a virtude de nos confrontar com o questionamento, com o alternativo e com o multidimensional.***

A argumentação retórica tem a virtude de nos confrontar com o questionamento, com o alternativo e com o multidimensional. Ela faz do risco da avaliação crítica o

nutriente de um pensamento para o qual a meditação se sobrepõe ao cálculo e no qual se dá a abertura para uma coexistência que requer mais a capacidade de interagir a partir da escuta e das interrogações do que prescrições formais esvaziadas de atenção ao particular que cada outro específico também é.